

Geradores entram em atrito com o governo federal

**Energia** Entidades avaliam entrar na Justiça contra rateio das despesas com térmicas e recorrem ao Senado

# Geradores entram em atrito com o governo federal

**Claudia Facchini**  
De São Paulo

Depois da polêmica em torno da Medida Provisória 579, que tratou da renovação das concessões do setor elétrico, agora é a Resolução N<sup>o</sup> 3 que causa controvérsia no setor elétrico. A medida, publicada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no início de março, irritou os geradores, que terão de arcar com 50% das despesas com o despacho das termelétricas mais caras. Antes, os gastos com as usinas térmicas para segurança energética só eram pagos pelos consumidores.

A conta para os produtores de energia pode chegar a R\$ 3 bilhões neste ano, afirma o presidente do Instituto Acende, Cláudio Sales. A medida atinge todos os segmentos, incluindo parques eólicos e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Mesmo os geradores que haviam escapado da MP 579, por não possuírem concessões prestes a vencer, estão irritados agora com a atitude do governo federal.

A escassez de chuvas obrigou o Operador Nacional do Sistema (ONS) a ligar todas as térmicas, incluindo aquelas que possuem um custo superior ao preço semanal fixado para a energia no mercado de curto prazo, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). As despesas com o acionamento dessas térmicas são conta-

bilizadas no Encargo de Serviços do Sistema (ESS), que até então só era pago pelos consumidores — tanto os que estão no mercado cativo (atendido pelas distribuidoras) como no mercado livre (grandes indústrias).

Segundo Luiz Fernando Viana, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Energia (Apine), seus associados avaliam entrar na Justiça contra o rateio do ESS. Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia Limpa (Abragel), também afirma que a entidade estuda ir aos tribunais.

## **Empresas que haviam escapado da MP 579, sobre a renovação das concessões, agora também reclamam**

A Apine contratou a consultoria Thymos para mapear o impacto da Resolução N<sup>o</sup> 3 do CNPE e os geradores já solicitaram a realização de uma audiência pública no Senado para discutir o assunto. O pedido foi encaminhado pelo senador Delcídio do Amaral (PT/MS). Uma solicitação de audiência pública também deve ser feita à Câmara dos Deputados, afirma Viana.

Sales faz críticas contundentes à Resolução N<sup>o</sup> 3. “O governo federal está batendo a carteira dos gera-

dores”, afirma. Segundo ele, o que se fez foi “inventar uma mágica maluca” para tapar o rombo causado pelo despacho das termelétricas. “É pior do que imposto. É um confisco de recursos. Trata-se de uma expropriação elevada ao mais alto grau”, acusa.

A forma como a medida foi tomada, a seu ver, só piora a percepção de risco regulatório, que já havia sido abalada pela MP 579, e aumenta ainda mais as chances de judicialização do setor. Sales também critica a decisão do governo de intervir por meio do CNPE, o que o isenta de realizar audiências públicas e discutir as propostas com os agentes do setor. O CNPE, que reúne vários ministros, deveria ser um instrumento de “aconselhamento” do governo, diz o presidente do Instituto Acende.

A Resolução N<sup>o</sup> 3 colocou os geradores contra os consumidores, que não vão mais arcar com os gastos das térmicas sozinhos. “Para a indústria, é fundamental ter condições de previsibilidade”, afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa.

Segundo Erico Evaristo, da comercializadora de energia Bolt, medidas como a Resolução N<sup>o</sup> 3 vão elevar os custos dos geradores, que serão repassados aos preços. “Pode demorar um pouco, mas a conta virá.”

# Preço pode subir nos próximos leilões

De São Paulo

A energia poderá ficar mais cara nos futuros leilões de novos projetos de geração, avaliam fontes do setor. As surpresas causadas pela série de mudanças regulatórias — desde a Medida Provisória 579, publicada em setembro de 2012, até a Resolução N<sup>o</sup> 3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), divulgada em março — farão com que os empreendedores sejam mais cautelosos.

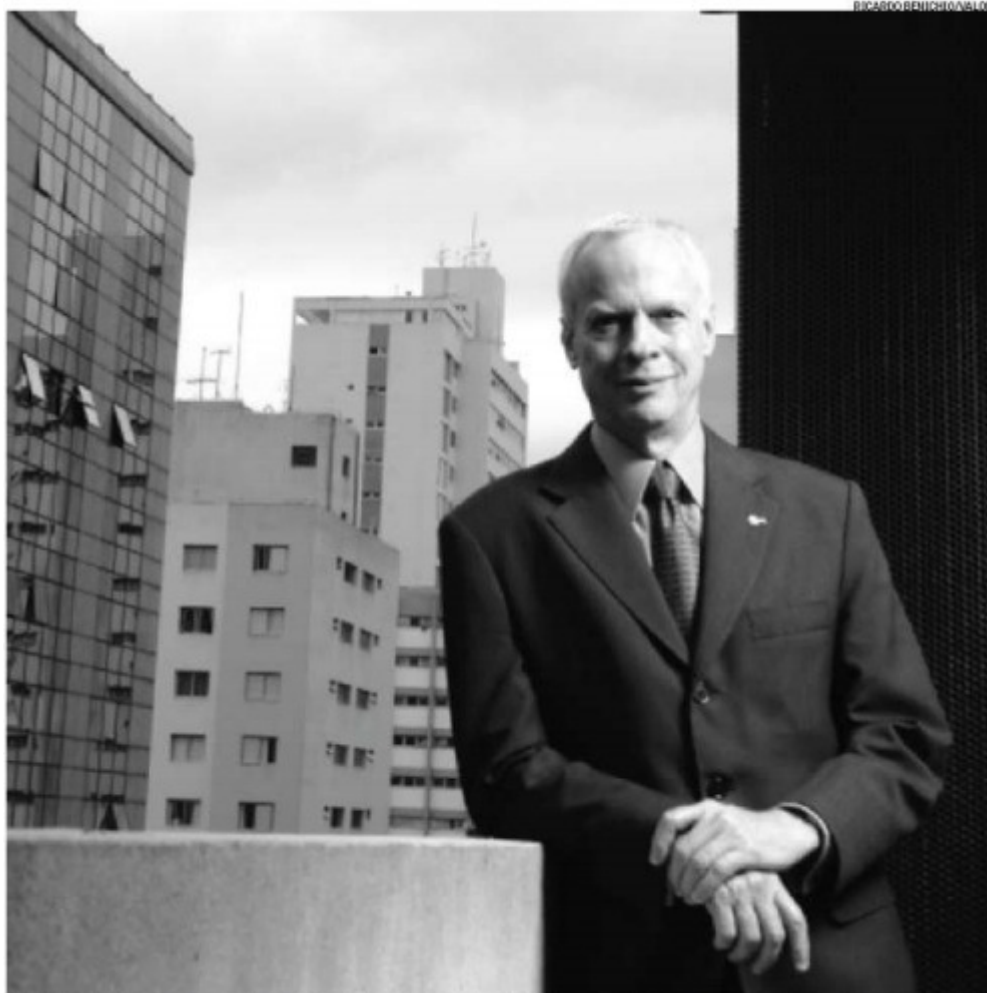
Outro fator que influenciará na formação de preços daqui para frente será o “efeito Eletrobras”. Segundo o João Carlos Mello, da fir-

ma de consultoria Thymos, a estatal foi a mais atingida pela MP 579, que tratou da renovação das concessões, e, em tese, não teria mais as mesmas condições para competir. Como as margens das hidrelétricas antigas, já amortizadas, eram altas, a Eletrobras tinha espaço para oferecer preços mais baixos nos leilões dos novos projetos de geração. Mas esse colchão, supostamente, acabou.

O governo quer leiloar neste ano a hidrelétrica de Sinop, no rio Teles Pires, no Mato Grosso. Segundo Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), é possível que

haja um leilão específico para a usina. Sinop já foi ofertada em dezembro de 2012, mas os investidores desistiram na reta final.

Segundo um analista, a usina não deve sair do papel por menos de R\$ 120 por MWh devido aos altos custos ambientais. A energia de Jirau foi vendida por R\$ 71,37 por MWh, por exemplo. Tolmasquim discorda. Segundo ele, Sinop atraiu investidores e chegou até a segunda fase do leilão realizado em dezembro. “Não temos dúvidas de que não faltarão interessados”. A expectativa do governo é que a Sinop seja leiloada por menos de R\$ 112 por MWh. (CF)



“Governo está batendo a carteira dos geradores”, diz Claudio Sales, do Instituto Acende, que prevê ônus de R\$ 3 bi

Por Claudia Facchini | De São Paulo

"Governo está batendo a carteira dos geradores", diz **Claudio Sales**, do **Instituto Acende**, que prevê ônus de R\$ 3 bi

Depois da polêmica em torno da Medida Provisória 579, que tratou da renovação das concessões do setor elétrico, agora é a Resolução Nº 3 que causa controvérsia no setor elétrico. A medida, publicada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no início de março, irritou os geradores, que terão de arcar com 50% das despesas com o despacho das termelétricas mais caras. Antes, os gastos com as usinas térmicas para segurança energética só eram pagos pelos consumidores.

A conta para os produtores de energia pode chegar a R\$ 3 bilhões neste ano, afirma o presidente do **Instituto Acende**, **Claudio Sales**. A medida atinge todos os segmentos, incluindo parques eólicos e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

Mesmo os geradores que haviam escapado da MP 579, por não possuírem concessões prestes a vencer, estão irritados agora com a atitude do governo federal.

A escassez de chuvas obrigou o Operador Nacional do Sistema (ONS) a ligar todas as térmicas, incluindo aquelas que possuem um custo superior ao preço semanal fixado para a energia no mercado de curto prazo, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). As despesas com o acionamento dessas térmicas são contabilizadas no Encargo de Serviços do Sistema (ESS), que até então só era pago pelos consumidores - tanto os que estão no mercado cativo (atendido pelas distribuidoras) como no mercado livre (grandes indústrias).

Segundo Luiz Fernando Viana, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Energia (Apine), seus associados avaliam entrar na Justiça contra o rateio do ESS. Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira dos Geradores de Energia Limpa (Abragel), também afirma que a entidade estuda ir aos tribunais.

Empresas que haviam escapado da MP 579, sobre a renovação das concessões, agora também reclamam

A Apine contratou a consultoria Thymos para mapear o impacto da Resolução Nº 3 do CNPE e os geradores já solicitaram a realização de uma audiência pública no Senado para discutir o assunto. O pedido foi encaminhado pelo senador Delcídio do Amaral (PT/MS). Uma solicitação de audiência pública também deve ser feita à Câmara dos Deputados, afirma Viana.

**Sales** faz críticas contundentes à Resolução Nº 3. "O governo federal está batendo a carteira dos geradores", afirma. Segundo ele, o que se fez foi "inventar uma mágica maluca" para tapar o rombo causado pelo despacho das termelétricas. "É pior do que imposto. É um confisco de recursos. Trata-se de uma expropriação elevada ao mais alto grau", acusa.

A forma como a medida foi tomada, a seu ver, só piora a percepção de risco regulatório, que já havia sido abalada pela MP 579, e aumenta ainda mais as chances de judicialização

do setor. Sales também critica a decisão do governo de intervir por meio do CNPE, o que o isenta de realizar audiências públicas e discutir as propostas com os agentes do setor. O CNPE, que reúne vários ministros, deveria ser um instrumento de "aconselhamento" do governo, diz o presidente do Instituto Acende.

A Resolução Nº 3 colocou os geradores contra os consumidores, que não vão mais arcar com os gastos das térmicas sozinhos. "Para a indústria, é fundamental ter condições de previsibilidade", afirmou o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa.

Segundo Erico Evaristo, da comercializadora de energia Bolt, medidas como a Resolução Nº 3 vão elevar os custos dos geradores, que serão repassados aos preços. "Pode demorar um pouco, mas a conta virá."